EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.222

REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS – CNSAÚDE

A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS, entidade sindical de segundo grau, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 28.523.673/0001-45, com sede em Centro Empresarial Brasília Bloco B, Sala nº 412-A, Quadra 701, SRTVS, Brasília/DF CEP.:70340-907, juridico@sinibref-inter.org, por meio de seu advogado (procuração já anexada aos autos), vem a presença de V. Exa., opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com fundamento nos artigos 897-A da CLT e 1.022 e seguintes do CPC, em face a decisão liminar proferida pelo Exmo. Relator em 15/05/2023 que foi parcialmente referendada pelo Plenário Virtual, conforme as razões a seguir expostas.

1. DA LEGITIMIDADE

O Exmo. Ministro Relator em decisão monocrática definiu que receberia as manifestações das entidades que apresentaram requerimento até o dia 5 de setembro de 2022.

Em que pese o pedido de intervenção no feito como *Amicus Curiae* não ter sido acolhido, é certo que consta requerimento neste sentido, formulado em data anterior a 5 de setembro de 2022, devendo, portanto, ser recebida a presente petição de embargos de declaração.

Além disso, dispõe o art. 996, caput, do Código de Processo Civil, que o recurso pode ser interposto (...) pelo terceiro prejudicado.

É certo que a decisão embargada revogou parcialmente a medida cautelar deferida anteriormente para:

fim de que sejam restabelecidos os efeitos da Lei nº 14.434/2022, à exceção da expressão acordos, contratos e convenções coletivas (art. 2º, § 2º), com a implementação do piso salarial nacional por ela instituído nos seguintes termos:

(i) em relação aos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais (art. 15-B da Lei nº 7.498/1986), a implementação do piso salarial nacional deve ocorrer na forma prevista na Lei nº 14.434/2022;

(ii) em relação aos servidores públicos dos Estados, Distrito Federal, Municípios e de suas autarquias e fundações (art. 15-C da Lei nº 7.498/1986), bem como aos profissionais contratados por entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS (art. 15-A da Lei nº 7.498/1986): a) a implementação da diferença remuneratória resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento da União (art. 198, §§ 14 e 15, da CF, com redação dada pela EC nº 127/2022); b) eventual insuficiência da assistência financeira complementar mencionada no item (ii.a)

instaura o dever da União de providenciar crédito suplementar, cuja fonte de abertura serão recursos provenientes do cancelamento, total ou parcial, de dotações tais como aquelas destinadas ao pagamento de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas a ações e serviços públicos de saúde (art. 166, § 9º, da CF) ou direcionadas às demais emendas parlamentares (inclusive de Relator-Geral do Orçamento). Não sendo tomada tal providência, não será exigível o pagamento por parte dos entes referidos no item (ii); c) uma vez disponibilizados os recursos financeiros suficientes, o pagamento do piso salarial deve ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber.

Pelo voto médio, referendou também o seguinte item da decisão:

(iii) em relação aos profissionais celetistas em geral (art. 15-A da Lei nº 7.498/1986), a implementação do piso salarial nacional deverá ser precedida de negociação coletiva entre as partes, como exigência procedimental imprescindível, levando em conta a preocupação com demissões em massa ou prejuízos para os serviços de saúde. Não havendo acordo, incidirá a Lei nº 14.434/2022, desde que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da ata deste julgamento [...]

Quanto aos efeitos da presente decisão, em relação aos profissionais referidos nos itens (i) e (ii), eles se produzem na forma da Portaria GM/MS nº 597, de 12 de maio de 2023, vencidos os Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Nunes Marques e Alexandre de Moraes.

Ao definir que “em relação aos profissionais celetistas em geral (...) incidirá a Lei 14.434/2022, desde que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da ata deste julgamento” nasce o interesse jurídico do embargante,

FENIBREF, posto que este tem por prerrogativa (conforme estatuto social) “**representar os interesses gerais da categoria** patronal das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas junto aos poderes Legislativo, Executivo, **Judiciário** e Ministério Público e nos Conselhos de Políticas Públicas”.

Neste sentido, considerando que a decisão embargada deferiu a aplicação da Lei 14.434/2022, reestabelecendo a obrigatoriedade de cumprimento do pagamento do piso salarial aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras, cria-se se obrigação jurídica àquelas instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas que contratam ou que venham a contratar os profissionais mencionados, explicitando, portanto, o interesse jurídico da Federação embargante. Ressaltamos que dentre as instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas estão hospitais, instituições de longa permanência para idosos, dentre outras organizações em que há presença dos profissionais referidos acima.

2. DA TEMPESTIVIDADE

O Exmo. Ministro Relator Luís Roberto Barroso proferiu, em 15/05/2023, decisão que revogou parcialmente a liminar anteriormente concedida. A referida decisão foi parcialmente referendada pelo Plenário Virtual da Corte, cuja ata de julgamento foi publicada em 12/07/2023.

Os prazos processuais ficam suspensos no período de 2 a 31 de julho de 2023.

Portanto, o prazo para oposição de embargos de declaração encerra-se em 07/08/2023, sendo, portanto, tempestivos os presentes embargos de declaração.

3. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Cabe embargos de declaração para **(i)** esclarecer obscuridade; **(ii)** suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz; **(iii)** corrigir erro material (art. 1.022, I a III do CPC).

A r. decisão é passível de embargos de declaração para esclarecer obscuridade e para suprir omissão.

a) Da política pública em todas as suas esferas – princípio da isonomia

O Exmo. Ministro Relator expressou em seu voto o seguinte trecho:

13. Constata-se, assim, que as providências adotadas pela União constituem fato novo a justificar a revisão da medida cautelar deferida. Isso porque o principal fundamento adotado naquela decisão foi o risco de nefasto impacto financeiro e orçamentário a Estados e Municípios e **às entidades privadas conveniadas ou contratadas para a prestação de serviços no âmbito do SUS**. A circunstância de a previsão legal do piso não ter sido acompanhada de nenhum tipo de financiamento federal determinava grave risco de desrespeito à autonomia federativa.

Ocorre que os riscos apontados não se restringem “às entidade privadas conveniadas ou contratadas para a prestação de serviços no âmbito do SUS”. É imperioso resguardar também aqueles empregadores que não atuam com serviços abrangidos pelo SUS, mas que, no exercício de suas atividades institucionais, necessitam da contratação de profissionais como enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Estes empregadores, portanto, não atenderão via SUS, o que não os impede de manterem parcerias com os entes públicos para executem serviços públicos e promover direitos sociais aos cidadãos, nos termos da Lei 13.019/14.

Percebemos neste ponto a ausência de tratamento isonômico para os empregadores. Se uma organização sem fins lucrativos possui empregados enfermeiros, técnicos ou auxiliares de enfermagem em seu quadro de funcionários e realiza atendimentos no âmbito do SUS, somente estará obrigada a cumprir o piso estabelecido na Lei 14.434/2022 se houver (e na extensão em que houver) a cobertura pelos recursos oriundos da assistência financeira da União. Entretanto, este mesmo empregador, caso não realize atendimentos através do SUS, mas, por outro lado, mantenha termo de

parceria com ente público, de acordo com a Lei 13.019/2014, estará obrigado a cumprir integralmente o piso legal, independentemente de acréscimos ou quaisquer alterações no referido termo de parceria.

Importante destacar ainda que não é somente o serviço de saúde que se caracteriza como atividade prestada por pessoas jurídicas de direito privado e que possui natureza de serviço público para consolidação de direitos sociais. A assistência social, por exemplo, também é prestada por associações e fundações. Neste sentido, não é razoável que apenas aquelas instituições vinculadas ao SUS possuam garantias de financiamento para o exercício de serviços públicos.

Mencionamos acima a assistência social, pois, há empregadores que necessitam destes profissionais em seus quadros para realização de seus atendimentos. Tratando daquelas instituições em que as atividades são custeadas integralmente através de Termo de Parceria (instrumento regido pela Lei 13.019/2014), é possível concluir que estas instituições, portanto, estarão excluídas da assistência financeira da União, pois não atendem 60% de seu público através do SUS. A alternativa apontada no voto do Exmo. Ministro Relator não é suficiente, uma vez que em 60 dias estas instituições teriam de **(a)** exigir do ente público com o qual mantém Termo de Parceria o aditamento a fim de alcançar a adequação à Lei 14.434/2022; ou, **(b)** negociar com o sindicato profissional o valor suportável para manutenção dos empregos e das atividades institucionais.

Os Termos de Parceria possuem prazo e valores estabelecidos e precisam ser fielmente executado pelas partes envolvidas: as Organizações da Sociedade Civil de um lado e um ente público do outro. Ademais, a própria Lei 13.019/2014 estabelece que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria a “*remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho*” (art. 46, I). Ressaltamos que, apesar de o dispositivo legal utilizar-se da palavra “*poderão*”, trata-se de serviço público, de instituições que executam atividades que proporcionam direitos sociais aos usuários da política pública atendida, e que não possuem outras fontes de recursos, motivo pelo qual o custeio **deve** ser suportado pelo ente público parceiro.

Ocorre que o prazo de 60 dias não é suficiente para concluir qualquer das possibilidades acima. O poder público é resistente em realizar adequações financeiras

aos instrumentos de parceria e, ainda, os sindicatos profissionais, nos termos da decisão de revogar a cautelar, valem-se da garantia de se aguardar o fim do prazo para exigirem o cumprimento integral do piso, em total desinteresse com a negociação coletiva. O empregador, desta forma, possui de um lado um Termo de Parceria com o ente público, o qual estabelece serviços a serem executados, com metas e fiscalização rigorosa mediante prestação de contas; de outro lado, a obrigação nova que surge com o Termo de Parceria em já em vigor e que se tornou insustentável.

Diante do exposto, requer seja conferido às instituições que possuem Termo de Parceria com entes públicos o mesmo tratamento conferido àquelas que atendem, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, para que se aplique as premissas fixadas na decisão embargada: *“a) a implementação da diferença remuneratória resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento da União (art. 198, §§ 14 e 15, da CF, com redação dada pela EC nº 127/2022); b) eventual insuficiência da assistência financeira complementar mencionada no item (ii.a) instaura o dever da União de providenciar crédito suplementar, cuja fonte de abertura serão recursos provenientes do cancelamento, total ou parcial, de dotações tais como aquelas destinadas ao pagamento de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas a ações e serviços públicos de saúde (art. 166, § 9º, da CF) ou direcionadas às demais emendas parlamentares (inclusive de Relator-Geral do Orçamento). Não sendo tomada tal providência, não será exigível o pagamento por parte dos entes referidos no item (ii); c) uma vez disponibilizados os recursos financeiros suficientes, o pagamento do piso salarial deve ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais”*.

b) da natureza da parcela acrescida ao salário dos profissionais

Consta da decisão embargada que:

eventual insuficiência da assistência financeira complementar mencionada no item (ii.a) instaura o dever da União de providenciar crédito suplementar, cuja fonte de abertura serão

recursos provenientes do cancelamento, total ou parcial, de dotações tais como aquelas destinadas ao pagamento de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas a ações e serviços públicos de saúde (art. 166, § 9º, da CF) ou direcionadas às demais emendas parlamentares (inclusive de Relator-Geral do Orçamento). **Não sendo tomada tal providência, não será exigível o pagamento por parte dos entes referidos no item (ii)**; c) uma vez disponibilizados os recursos financeiros suficientes, o pagamento do piso salarial deve ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber.

Apesar do acerto na decisão de V. Exa. ao determinar que uma vez constatada a insuficiência da assistência financeira da União ficaria o pagamento do piso inexigível nas situações atinentes aos “aos servidores públicos dos Estados, Distrito Federal, Municípios e de suas autarquias e fundações (art. 15-C da Lei nº 7.498/1986), bem como aos profissionais contratados por entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS (art. 15-A da Lei nº 7.498/1986)”, é imperioso esclarecer a natureza desse eventual acréscimo aos salários dos profissionais.

Isto porque os empregados que terão aumento em sua remuneração em razão do piso previsto na Lei 14.434/2022, os quais serão pagos com recursos da assistência financeira da União ficam sujeitos a uma espécie de “condição” para a manutenção do pagamento. A obrigação de pagar o piso persiste enquanto houver recursos da assistência financeira da União.

Considerando que o art. 468 da CLT e o inciso VI do art. 7º da Constituição da República vedam a redução salarial os empregadores estariam em completa insegurança jurídica, posto que, de um lado a decisão que lhe garante a inexigibilidade do piso salarial, mas, também lhe é vedado reduzir salários.

A medida que concilia a decisão embargada com os dispositivos citados no parágrafo anterior é o entendimento de que o acréscimo decorrente da assistência financeira da União deverá ser pago a título de abono, cuja natureza não é de salário, logo, caso haja a situação narrada na decisão embargada, o empregador estaria legitimamente excluindo o referido pagamento.

Desta forma, requer V. Exa. consigne a possibilidade de pagamento do acréscimo salarial pago com a assistência financeira da União sob o título de “abono” com possibilidade de redução ou exclusão em caso de insuficiência de recursos de referida assistência custeada pela União.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja conhecido e providos os embargos de declaração com efeitos modificativos para sanar a obscuridade e para suprir omissão, para que **a)** seja conferido às instituições que possuem Termo de Parceria com entes públicos o mesmo tratamento conferido àquelas que atendem, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, para que se aplique as premissas fixadas na decisão embargada: *“a) a implementação da diferença remuneratória resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento da União (art. 198, §§ 14 e 15, da CF, com redação dada pela EC nº 127/2022); b) eventual insuficiência da assistência financeira complementar mencionada no item (ii.a) instaura o dever da União de providenciar crédito suplementar, cuja fonte de abertura serão recursos provenientes do cancelamento, total ou parcial, de dotações tais como aquelas destinadas ao pagamento de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas a ações e serviços públicos de saúde (art. 166, § 9º, da CF) ou direcionadas às demais emendas parlamentares (inclusive de Relator-Geral do Orçamento). Não sendo tomada tal providência, não será exigível o pagamento por parte dos entes referidos no item (ii); c) uma vez disponibilizados os recursos financeiros suficientes, o pagamento do piso salarial deve ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais”;* **b)** para que consigne a possibilidade de pagamento do acréscimo salarial pago com a assistência financeira da União sob o título de “abono” com possibilidade de redução ou exclusão em caso de insuficiência de recursos de referida assistência custeada pela União.

Neste termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 03 de agosto de 2023.

Marcelo Vieira Pires
OAB/MG 152.562